

## A COOPERAÇÃO CULTURAL NA PERSPECTIVA DA UNESCO. TRAJETÓRIA E EXPECTATIVAS

Alicia Pérez Flores<sup>1</sup>  
Paulo César Miguez<sup>2</sup>

### RESUMO

O artigo pretende expor o percurso da Cooperação Cultural, partindo da desconstrução do termo e com base em alguns critérios necessários a sua compreensão, na contemporaneidade. Num segundo momento, o artigo dedica-se a revisar a evolução da questão da cooperação cultural, desde um organismo multilateral, a UNESCO, articulada aos conceitos e recomendações presentes na *Declaração dos Princípios da Cooperação Cultural Internacional*, aos informes resultantes das Conferências regionais e intergovernamentais sobre políticas culturais, realizadas nas últimas décadas do século XX, e a suas proposições mais recentes, refletidas na *Convenção sobre a Proteção e Promoção da Diversidade das Expressões Culturais*, com o objetivo de compreender os principais desafios e expectativas envolvendo a temática.

**Palavras-chave:** Cooperação internacional. Cooperação cultural. Políticas culturais. Desenvolvimento.

### ABSTRACT

The object of this article is to present the route of Cultural Cooperation, based on the deconstruction of the term and some criteria, necessities for their comprehension in contemporary times. Secondly, the article is dedicated to review the evolution of the issue of cultural cooperation from a multilateral agency, UNESCO, articulated the concepts and recommendations presents in the *Declaration of Principles of International Cultural Cooperation*, the reports of regional and intergovernmental conferences about cultural policies carried out in the last decades of the twentieth century, and in its most recent proposals reflected in the *Convention on the Protection and Promotion of the Diversity of Cultural Expressions*, in order to understand the main challenges and expectations involving the theme.

**Key words:** International cooperation. Cultural cooperation. Culture policies. Development.

Desde a conformação das Nações Unidas, em meados da década de 1940, a Cooperação Internacional é considerada como uma de suas estratégias principais, especialmente na reconfiguração mundial e na legitimação dos modelos de desenvolvimento, tanto que, em alguns casos, foi nomeada indistintamente de cooperação internacional ou para o desenvolvimento.

Isso justifica que nas décadas seguintes também fosse tomando força, como disciplina de estudo e de pesquisa, em países de América do Norte e da Europa, na busca por uma base técnica, além da geopolítica. Assim, a Cooperação Internacional

---

<sup>1</sup> Doutoranda em Cultura e Sociedade no Programa Multidisciplinar de Pós-Graduação em Cultura e Sociedade da UFBA. e-mail: perezflores.alicia@gmail.com

<sup>2</sup> Professor do Instituto de Humanidades, Artes e Ciências da UFBA. e-mail: paulomiguez@uol.com.br.

ultrapassaria a condição de simples ação de boa vontade entre países, na busca de manter a paz e encontrar soluções para problemas econômicos, sociais e humanitários, mas também, como um conjunto de ações e recursos para alcançar propósitos, segundo interesses dos países hegemônicos.

A cooperação internacional, ou para o desenvolvimento, como também é conhecida hoje, é parte integrante de campos disciplinares como as Ciências Sociais e Relações Internacionais, além, é claro, de compor, com destaque, princípios e ações programáticos de variados e importantes organismos multilaterais e regionais e de comparecer na agenda das relações bilaterais, num e noutro caso desdobrando-se em perspectivas mais específicas tais como, por exemplo, cooperação científica e cooperação cultural.

No caso específico da Cooperação Cultural, escassos estudos têm sido dedicados à abordagem de seus aspectos teóricos e conceituais (UNESCO, 1982; 1998; VICARIO, 2012), mesmo que na sua trajetória se tenham efetivado processos normativos e operativos, propostos principalmente desde organismos multilaterais, regionais e nacionais dedicados neste sentido.

Aos quase cinquenta anos da *Declaração de Princípios da Cooperação Cultural Internacional*, feita em 1966, pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), e das muitas recomendações e ações propostas por este mesmo organismo nesta área, torna-se indispensável uma pequena avaliação do percurso da temática, na perspectiva de sua atualização, desde já a partir de questões tais como: o que é cooperar? Qual a abrangência do adjetivo cultural na cooperação? É a cooperação cultural uma estratégia ou configura-se como um propósito em si mesmo, no âmbito das políticas culturais? Quais os seus desafios atuais?

Este artigo pretende dar espaço e aprofundar, com algumas respostas às questões propostas, partindo, em primeiro lugar, da análise descritiva do termo cooperação cultural e de algumas ações a ele relacionadas, no interesse de estabelecer alguns critérios de orientação, para revisar, desde a perspectiva de um organismo multilateral como a UNESCO, o percurso e mudanças sobre o tema.

A escolha da UNESCO justifica-se por ser esta uma organização de cooperação propriamente dita, pela sua trajetória na promoção da cooperação cultural internacional, como estratégia permanente, além do peso que tem nas políticas públicas, na área de cultura, em muitos dos Estados-membros e organismos regionais, os quais propõem e acolhem as suas considerações e recomendações.

Para acompanhar o exercício, nos apoiaremos em definições preliminares, com caráter aberto (MOLES, 1974), complementadas com parte da documentação oferecida pela UNESCO, que evidencia as mudanças acontecidas sobre o tema da cooperação cultural: os informes finais das distintas Conferências de alcance regional e intergovernamental sobre políticas culturais – desenvolvidas nas três últimas décadas do século XX – e instrumentos mais recentes, relacionados aos temas da Diversidade Cultural (2002) e da Diversidade das Expressões Culturais (2005).

### **O que entender por cooperação cultural?**

Em termos bem simples, cooperar é compartilhar a busca de um propósito entre dois ou mais atores, ou estabelecer relações, trocas e ações, na procura de benefícios em comum. Alguns teóricos das ciências sociais e humanas, a exemplo de Emile Durkheim, Max Weber, Talcott Parsons, ainda que com olhares diferenciados, estabelecem vínculos entre a cooperação e a comunicação, já que, como processos, guiam as interações sociais: a comunicação se estabelece quando há compreensão de um comunicado, e a cooperação quando se compartilham interesses e ações para alcançar um propósito. A segunda apoia-se na primeira, entendendo-se que, para compartilhar, se precisa da comunicação.

Segundo Durkheim (1995), a **cooperação** desde a concepção da divisão social do trabalho pode ser analisada através da divisão de tarefas, em componentes que podem ser executados, simultaneamente, pela montagem articulada e subsequente de resultados para compor o produto final. Este precisa ter algum significado para quem o faz, uma motivação, algo que lhe dê sentido, junto à vontade para se efetivar.

Sendo assim, a cooperação passa, da compreensão psíquica dos participantes envolvidos, a uma compreensão social e especialmente política, para ultrapassar espaços, unida tanto a um conjunto de valores complementares ou antagônicos, quanto às ações e recursos, na procura de objetivos. É quando a cooperação se transforma em potencialidade ou concorrência, segundo os âmbitos (comunidades, regiões, países), traços e identidades (étnicas, etárias, de gênero), áreas de ação (política, economia, cultura), ou níveis de desenvolvimento. Espelho que evidencia, neste caso, a sua complexidade diante dos fluxos de relações de inclusão-exclusão, de interesses e de poder nas sociedades.

Pela complexidade presente na relação entre as partes, a cooperação pode ser considerada como uma estratégia sistêmica. No intuito de captar e gerenciar tal complexidade, criam-se articulações e redes, que, apoiadas na comunicação, tentam

compreender e interpretar realidades, sentidos e significados em comum, alimentadas pelos valores e pelo compromisso entre as partes até o ponto de se manterem unidas, estabelecendo, por uma ausência ou contingência, possíveis interdependências, e até conexões entre diversos, sendo parte da qualidade “sistêmica” da realidade. (STOCKINGER, 2003)

Para a compreensão da cooperação relacionada a processos culturais, incorporamos à análise a definição de cultura proposta por Edgar Morin (2002), que a considera um “sistema dialético que viabiliza a comunicação entre uma experiência existencial e um saber constituído” (MORIN, 2002, p. 185). Por esta condição, segundo o autor, as culturas se distinguem pelos códigos, a diversidade de modelos e os modos de distribuição e de comunicação, resultando, por um lado, um sistema “metabolizante”, que garante as trocas variáveis e diferenciadas segundo as culturas, entre indivíduos, entre estes em relação à sociedade, e entre esta e o cosmos. Por outro lado, articulada como realidade econômica, social e ideológica, traduz um sistema “simbiótico-antagônico”, evidenciando que na trama da sociedade não existe homogeneidade, mas um caráter heterogêneo e complexo, interativo, moldável e dinâmico, com dimensões e múltiplos processos para subsistir.

Enquanto sistemas, as culturas, além de remeterem a processos próprios de grupos, comunidades e sociedades também comportam relações de colaboração ou de dominação entre estas, como lembra Daniel Mato ao falar da interculturalidade:

[...] sejam estas relações de trabalho, de convivência em espaços físicos e sociais, de produção de conhecimentos, de educação [...] trata-se de relações entre culturas. Mas ‘as culturas’ [...] são as pessoas e/ou grupos sociais que se autoidentificam e ou são identificadas por outros, como ‘produtoras’ e/ou ‘portadoras’ de certas ‘culturas’, que se percebem como diferentes entre si. (MATO, 2009, p.76)

As possibilidades de diálogo, colaboração ou confronto presentes em uma cultura ou entre culturas, vale lembrar, passam, também, pelas formas de organização e aparatos jurídico-institucionais nos quais cada sociedade ancora suas políticas culturais, estas aqui compreendidas para além da ação meramente governamental ou estatal (GARCÍA CANCLINI, 2005a)

### **Relações geopolíticas: entre o local e o global na cooperação**

No interesse de perceber e analisar a cooperação na sua complexidade, marcada pelas expectativas e pelas contingências próprias da interligação entre culturas, esta também se traduz desde diversos âmbitos de interdependência de todos e de tudo, no

espaço e no tempo, entre o local e o global, na trama de “vínculos orgânicos”, como expressa Armand Mattelart (2005). Vínculos nem sempre caracterizados pela harmonia que os pressupostos “biologizantes” oferecem sobre a dinâmica interna dos Estados ou mais além das margens fronteiriças, mas também perturbados pelas manifestações de poder. A imagem de uma rede guiada pelos valores de solidariedade, compreensão e respeito às diferenças também incorpora esse outro lado da realidade: a que inclui as relações de força entre atores, potências ou hegemonias, e entre elas e o resto do mundo, e que se visualiza no crisol de debates, no âmbito internacional, em projetos contrastados de integração.

Num debate sobre a terminologia mais apropriada para significar e atualizar o interesse pela representação de tal interdependência, o mesmo autor oferece uma panorâmica, através de fenômenos e conceitos-chave, que, com maior ou menor força, ultrapassam indistintamente tanto as culturas quanto os processos de cooperação, em sua dimensão “espaço-política”.

Entre esses fenômenos, Mattelart (2005) destaca o mundialismo, proposto em meados do século XIX e baseado no “cosmopolitismo democrático”, sob a bandeira da solidariedade; o internacional, pertencente ao direito público internacional e que confina os vínculos transfronteiriços à relação Estado-nação; a globalização, processo que ultrapassa diversas dimensões (sociais, políticas e culturais), norteadado principalmente pela economia; e o imperialismo cultural, mecânica de forças de um sistema de poder baseado em relações desiguais que gera na hegemonia de uma visão do mundo (MATTELART, 2005, p. 76). Tais fenômenos, por paralelismo ou pelo destaque de um sobre outros, persistem na dinâmica das sociedades contemporâneas, conjugando-se aos propósitos da cooperação internacional para o desenvolvimento e a cooperação cultural, em termos de predomínio de modelos, especialmente os chamados de desenvolvimento, sendo liderados por atores nacionais e transnacionais.

Nesta ordem de ideias, revisaremos os conceitos em relação à cooperação cultural, segundo as propostas feitas por um organismo de alcance mundial.

### **Cooperação e cultura segundo a UNESCO**

Entre um conjunto de opções e interesses, surge formalmente o termo Cooperação Cultural Internacional, após quase vinte anos da criação do organismo das Nações Unidas dedicado à Educação, à Ciência e à Cultura – a UNESCO – e de várias décadas de discussão sobre a terminologia e a institucionalidade mais pertinente para se encarregar destes propósitos (EVANGELISTA, 2001). Este organismo gerou, em 1966,

a *Declaração de Princípios da Cooperação Cultural Internacional* que, mesmo sem avançar em uma definição mais rigorosa do termo, estabeleceu uma justificativa, um conjunto de valores e propósitos que norteariam sua ação.

Segundo a Declaração da UNESCO, o que motiva a cooperação cultural internacional é “a situação de ignorância do modo de vida e dos costumes dos povos”, que, apesar do avanço da técnica, “constitui um obstáculo à amizade entre as nações, sua cooperação pacífica e ao progresso da humanidade” (UNESCO, 1966, p. 1). Propõe-se, nesse sentido, a assistência e o enriquecimento compartilhado através das ações, e se faz destaque ao fato de que a cooperação se exercerá para o benefício mútuo de todas as nações que a praticarem, devendo garantir relações estáveis e duráveis entre os países partícipes dos acordos, pois sendo guiados por valores como a justiça, a liberdade, a paz, o respeito mútuo e a compreensão entre os povos, com os propósitos de:

1. Difundir os conhecimentos, estimular as vocações e enriquecer a cultura;
2. Desenvolver as relações pacíficas e a amizade entre os povos e levá-los a uma melhor compreensão dos respectivos modos de vida; [...],
4. Permitir a todos os homens aceder ao conhecimento, disfrutar das artes e das letras de todos os povos [...].
5. Melhorar em todos os países do mundo as condições da vida espiritual do homem e da sua existência material. (UNESCO, 1966, p. 2)

A partir de tal Declaração, a cooperação cultural, de alcance internacional, foi assumida por muitos países, especialmente os chamados desenvolvidos, no interesse de dar apoio técnico e financeiro com o objetivo de alcançar o desenvolvimento “cultural”. (GONZÁLEZ; MONTSERRAT, 2007). A este ponto não causa estranheza que alguns desses países fossem antigas colônias, no interesse de se posicionarem de outro jeito em seus antigos territórios. Mas será no evoluir da organização que os processos próprios da cooperação teriam mais peso, em especial na sua articulação com termos que lhe darão maior sentido (cultura, políticas culturais, desenvolvimento, diversidade cultural), os quais se aprofundaram no devir de convocatórias e instrumentos diferenciados: as Conferências Governamentais sobre Políticas Culturais, efetivadas em Veneza (1970), México (1982) e Estocolmo (1998); as Conferências Regionais, realizadas em Helsinque (1972), Yogyakarta (1973), Accra (1975) e Bogotá (1978); a *Declaração sobre a Diversidade Cultural* (2002) e a *Convenção sobre a Proteção e Promoção da Diversidade das Expressões Culturais* (2005).

A primeira das Conferências organizada pela UNESCO, realizada em 1970, foi dedicada aos *Aspectos Institucionais, Administrativos e Financeiros das Políticas*

*Culturais*, e teve entre seus propósitos esclarecer pontos da política cultural e seus requisitos, assim como estabelecer objetivos para se alcançar o desenvolvimento cultural, envolvendo os poderes públicos dos países-membros. Nessa ordem, seu temário contemplou discussões sobre a pesquisa em políticas culturais, o papel da UNESCO em relação a estas e a cooperação cultural internacional.

A Organização, numa primeira conferência desse tipo, fez uso de certa ambivalência, justificada pela heterogeneidade de seus membros e pelos interesses contrapostos de alguns de seus atores. Destacou, por um lado, o fato de que todas as culturas são iguais e dignas, pelo que, no mundo contemporâneo, não deve haver lugar para o imperialismo cultural, e, por outro, suas dúvidas sobre as perspectivas de desenvolvimento cultural independente dos pequenos países, das zonas economicamente fracas e das sociedades indígenas, as quais poderiam ser corroídas pela cultura de massas comercializada a partir dos países ricos e poderosos. Propôs, então, uma articulação entre os países tecnologicamente adiantados e as nações em vias de desenvolvimento através de políticas culturais de interesse comum e da cooperação cultural voltada para um enriquecimento mútuo (UNESCO, 1970, p. 10).

Nessa linha, esta Conferência assumiu a *Declaração dos Princípios da Cooperação Cultural Internacional*, aprovada em 1966, e, dentre suas resoluções gerais, recomendou aos Estados-membros o fomento a intercâmbios culturais internacionais, como instrumentos de enriquecimento recíproco das culturas nacionais e dos povos, e o reforço, mediante a cultura e a informação, de sua ação a favor da paz e da compreensão internacional, e, à própria UNESCO, a promoção da cooperação cultural, como fator importante de consolidação e definição das relações pacíficas entre países e povos diversos (UNESCO, 1970, p. 13).

Entre essa primeira conferência intergovernamental e a seguinte, realizada no México, foram várias as resoluções que, em diversas reuniões (a 17ª, em 1972, a 20ª, em 1978, e a 21ª, em 1980) ratificavam a cooperação cultural (entendida nestes casos como colaboração mútua e vantajosa praticada entre diversos países), como fator importante para a compreensão recíproca entre os povos, convidando os Estados-membros a realizar ações para favorecer sua difusão (UNESCO, 1982b, p. 44).

Um resumo das Conferências regionais (QUADRO 1), realizadas em sua maioria na década de 1970 em Helsinque (1972), Yogyakarta (1973), Accra (1975) e Bogotá (1978), em representação dos distintos continentes, evidenciava o interesse por uma cooperação mais proveitosa para o reconhecimento e a valoração de realidades

sociais e culturais diversas, mas, mesmo assim com possibilidades de ações afins. Chamou-se a atenção para a reciprocidade, o fortalecimento e a consolidação de uma cooperação regional, a promoção de relações em distintas esferas – sub-regional, regional, inter-regional e internacional – e em especial entre países com traços socioeconômicos similares.

<b>Quadro 1 - Cooperação Cultural Internacional (CCI) nas Conferências Regionais da UNESCO</b>	
EUROCULT Helsinque, 1972	A CCI constitui um fator fundamental de união entre os povos, não só na escala de região, mas também para o mundo inteiro. Recomendou-se aos Estados europeus que considerassem a CCI de todos como uma importante contribuição à manutenção da segurança europeia e da compreensão mútua.
ASIACULT Yogyakarta, 1973	Insistiu-se na necessidade de fortalecer a cooperação cultural regional e de fomentar a cooperação internacional, baseando-se no reconhecimento da diversidade das culturas. Esta deveria contribuir para a tolerância mútua a compreensão entre os povos e a paz entre os Estados.
AFRICACULT Accra, 1975	A CCI busca favorecer o enriquecimento mútuo das culturas e se baseia em uma justa reciprocidade, assim como no reconhecimento de sua idêntica dignidade.
AMERICACULT Bogotá, 1978	Manifestou-se a vontade de fortalecer a cooperação sub-regional, regional e internacional. A CCI representa uma realidade e uma exigência entre os países de América Latina e o Caribe, cujas culturas devem permanecer abertas aos aportes externos e desenvolver suas relações com as culturas africanas, árabes, asiáticas e europeias.
Reunião de Ministros de Cultura Árabe Bagdá, 1981	Estimou necessário estimular a CCI a nível inter-árabe, bem como entre países em desenvolvimento e no plano internacional.
Fonte: Elaboração dos autores, baseada na informação oferecida pela UNESCO (1982a, p. 4-10)	

Na sequência, a Conferência Mundial sobre as Políticas Culturais, celebrada na Cidade de México em 1982, colocou na ordem do dia uma série de propostas, ao redor de ações e conceitos vinculados às políticas culturais. Concordou-se que tais políticas permitem alcançar propósitos e criar as condições favoráveis para melhorar a expressão e a participação da população na vida cultural, tendo em conta seus valores e modos de vida próprios (UNESCO, 1982a, p. 25), e que os princípios que lhe guiam deveriam apoiar-se em uma definição da cultura, chegando a propor-se no marco dessa reunião a seguinte:

[...] a cultura deve ser considerada como um conjunto distinto de elementos espirituais, materiais, intelectuais e emocionais de uma sociedade ou de um grupo social. Além da arte e da literatura, ela abarca também os estilos de vida, modos de convivência, sistemas de valores, tradições e crenças. (UNESCO, 1982b; 2002, p. 2)

Assim mesmo, nessa convocatória, se destacou a tarefa de humanizar o **desenvolvimento**, que supõe a capacidade de cada indivíduo e de cada povo para se informar, aprender e comunicar suas experiências, sendo que é papel das políticas culturais descobrir o sentido profundo e humano do desenvolvimento, e da cooperação cultural, estimular um clima internacional favorável através de programas de desenvolvimento cultural, científico e tecnológico (UNESCO, 1982b, p. 8).

Com respeito ao papel da cooperação cultural internacional, houve um avanço, ao se mudar parte do discurso que priorizava a ação unilateral, desde países desenvolvidos em direção aos países em desenvolvimento, na procura do desenvolvimento cultural, para “reequilibrar” e dar maior ênfase à relação entre países em desenvolvimento, ao estímulo ao conhecimento entre culturas e a outras experiências de desenvolvimento:

La cooperación cultural debe fundarse en el respeto a la identidad cultural, la dignidad y el valor de cada cultura, la independencia, las soberanías nacionales y la no intervención. [...] debe evitarse cualquier forma de subordinación o substitución de una cultura por otra. [...] 47. Los intercambios culturales, científicos y educativos deben fortalecer la paz, respetar los derechos del hombre y contribuir a la eliminación del colonialismo, el neocolonialismo, el racismo, el apartheid y toda forma de agresión, dominación o intervención (UNESCO, 1982b, p. 11)<sup>3</sup>

Outro aporte dado no MONDIACULT, em seu documento sobre *Problemas e Perspectivas* (UNESCO, 1982a), foi a definição da natureza da cooperação, segundo os âmbitos, e dos meios requeridos para fortalecê-la. Descreve-se que entre as formas mais comuns de cooperação, experimentadas nos doze anos seguintes à Declaração dos Princípios da Cooperação Cultural Internacional, estão os intercâmbios, os projetos de ação em comum entre diferentes países, entre populações afins ou de setores diversos, assim como a troca de experiências e o diálogo entre especialistas.

Quanto aos possíveis âmbitos, para esse momento, já se haviam proposto iniciativas de tipo bilateral, sub-regional, regional e inter-regional, as quais, seguindo a

---

<sup>3</sup> A cooperação cultural deve fundar-se no respeito à identidade cultural, à dignidade e ao valor de cada cultura, à independência, às soberanias nacionais e à não intervenção. [...] deve evitar-se qualquer forma de subordinação ou substituição de uma cultura por outra. [...] 47. Os intercâmbios culturais, científicos e educacionais devem fortalecer a paz, respeitar os direitos do homem e contribuir para a eliminação do colonialismo, do neocolonialismo, do racismo, do *apartheid* e de toda forma de agressão, dominação ou intervenção. (UNESCO, 1982b, p.11, tradução nossa)

lógica de um sistema mundial, se conjugam às diversidades geográficas ou históricas e aos diferentes sistemas de governo.

Como meios para fortalecer a cooperação, destacou-se o rol das organizações internacionais governamentais (desagregadas, muitas destas, segundo disciplinas e o impacto em diversos âmbitos), e da própria UNESCO, como plataforma permanente apoiada em uma ação normativa, que inclui instrumentos internacionais, como tratados, protocolos, declarações e convenções; além de seu plano operativo, efetivado em produções tangíveis (publicações, audiovisuais, etc.) e de metodologias próprias, mostradas em seus encontros e intercâmbios, no intuito de convergências e consensos.

Na Conferência Intergovernamental de Políticas Culturais para o Desenvolvimento, realizada em Estocolmo, em 1998, segundo seu *Informe Final*, foram reafirmados os princípios da Declaração Final feita no México, e foram destacados os avanços obtidos tanto nos resultados da Década Mundial para o Desenvolvimento (1988-1998), quanto o Informe da Comissão Mundial de Cultura e Desenvolvimento *Nossa Diversidade Criadora*, ambos promovidos pelas Nações Unidas. Fez-se especial reconhecimento da dimensão cultural do desenvolvimento, para afirmar e intensificar as identidades culturais, a participação na vida cultural e a promoção da cooperação cultural internacional. Além do mais, foram destacados outros princípios, como o da dependência mútua entre o desenvolvimento sustentável e a cultura, e a aceitação e defesa da diversidade das culturas.

Desde a perspectiva de um desenvolvimento, endógeno e duradouro, no *Informe* se descrevem, como finalidades das políticas culturais, o estabelecimento dos objetivos, a criação de estruturas e a obtenção dos recursos adequados para garantir um meio humano favorável (UNESCO, 1998, p. 9). Nesta perspectiva, as políticas culturais deverão ser implementadas em coordenação com outras áreas da sociedade, e integradas às estratégias de desenvolvimento, assumindo entre suas dimensões, tanto a sociedade da informação quanto o domínio das técnicas de informação e comunicação, e concebendo-se simultaneamente, nos planos, local, nacional, regional e mundial.

Sobre a Cooperação Cultural Internacional, no marco desta conferência, foi feita uma interessante contribuição, produto de uma das sessões organizadas pelos Estados-membros; neste caso, coordenada pelo Egito e intitulada “Melhora da Cooperação

Internacional em matéria de Política Cultural”,<sup>4</sup> a qual, mais do que seguir a linha complacente dos encontros anteriores, refletiu, questionou e propôs uma Cooperação Cultural Internacional mais identificada com as mudanças acontecidas mundialmente nas últimas décadas. (UNESCO, 1998, p. 35-36). Desta sessão, destacam-se as seguintes compreensões:

- a cooperação é um objetivo e a política cultural seu instrumento. Assim, a cooperação cultural não é somente o intercâmbio específico de produtos e programas, mas um processo de longo prazo, de aproveitamento compartilhado de valores e experiências;

- as ações e recursos relacionados à cooperação bilateral estão, cada vez mais, incorporando novos atores, a exemplo de associações e redes, estabelecendo-se, assim, uma coexistência entre as diferentes estruturas e processos relacionados à cooperação;

- a corrente dos intercâmbios, uma das mais comuns na cooperação, mostra uma tendência ao desequilíbrio e ao funcionamento em sentido único, sem tomar em consideração as tradições dos países receptores, assim se propõe uma cooperação cultural articulada à cooperação nas áreas de educação e comunicação;

- ante as possibilidades e riscos da mundialização é preciso encontrar uma cooperação não baseada no monopólio econômico, mas na diversidade de alternativas, dando prioridade à dimensão cultural, à solidariedade e os valores transcendentais;

- a necessidade de introduzir-se a questão da cultura no âmbito das estratégias relacionadas com comércio internacional e política de investimentos, como forma de enfrentar a compreensão estritamente economicista da OMC;

- a substituição da lógica hierarquizante que marca as relações de cooperação por uma perspectiva mais igualitária, na linha de criação de redes horizontais da sociedade civil, mais abertas, flexíveis e equânimes.

A partir deste conjunto de reflexões e propostas, as formas e processos de cooperação em vigor foram questionados e, mais ainda, as mudanças necessárias foram compreendidas como um desafio a ser enfrentado, particularmente na perspectiva de desenhar-se políticas e reunir-se recursos para investigações sobre a cooperação internacional, centrada nas políticas culturais para o desenvolvimento (UNESCO, 1998, p. 16).

---

<sup>4</sup> Foro conformado, entre outros, por Mohamed Ghonim e Moursi Saad El-Din, representantes do Egito e coordenadores da sessão, Michel Higgins ex-ministro de Cultura da Irlanda, Reymond Weber, do Conselho da Europa, e Sheila Copps, ministra do Patrimônio do Canadá.

O final do século XX antecipava a necessidade de mudanças e o planeta exigia, por conta das crises de distintos ordens e o aumento das desigualdades, mais e maiores comprometimentos com a causa da diversidade das culturas. Diante de tais desafios, o século XXI inaugura-se com a *Declaração Universal sobre a Diversidade Cultural*, em 2002, e, na sequência, com a aprovação, em outubro de 2005, da *Convenção sobre a Proteção e Promoção da Diversidade das Expressões Culturais*.

Tal instrumento vai apontar outros aspectos para serem acrescentados à caracterização da cooperação, ainda que não se utilize mais o adjetivo “cultural”, colocando-a, por um lado, entre os valores que aprimoram os objetivos da Convenção, propondo-se a estabelecer o seu fortalecimento, junto à solidariedade internacional, em um espírito de parceria, visando, especialmente, o aprimoramento das capacidades dos países em desenvolvimento de protegerem e de promoverem a *diversidade das expressões culturais*. Entre os seus princípios diretores, sugere-se aos países, “criarem e fortalecerem os meios necessários à sua expressão cultural, incluindo as indústrias culturais [...] nos planos local, nacional e internacional” (UNESCO, 2005, p. 4-5).

Nesta última proposta, é importante destacar algumas mudanças entre as declarações das convocatórias comentadas acima e dos instrumentos: fala-se da troca entre países em desenvolvimento, e é recorrente a inclusão das indústrias culturais (doravante, estes temas não vão faltar em nenhuma proposta relacionada à cooperação) e, por último, há definição dos âmbitos: a cooperação pode acontecer e se estender entre o local, o nacional e o internacional.

Por outro lado, o instrumento apoia-se na cooperação como estratégia. Dessa maneira, em seu artigo 12, sobre a promoção da cooperação internacional, estabelece que as partes devam procurar fortalecer a cooperação bilateral, regional e internacional, o que remete à aliança entre os países, entre países pertencentes a uma região em especial, ou entre vários países, independente de sua localização, na busca de condições para promover a diversidade das expressões culturais. Em decorrência:

- a) facilitar o diálogo entre as partes sobre as políticas culturais.
- (b) reforçar as capacidades estratégicas e de gestão do setor público nas instituições públicas culturais, mediante o intercâmbio [...] de profissionais, bem como compartilhamento das melhores práticas;
- (c) reforçar as parcerias com a sociedade civil, organizações não governamentais e setor privado e entre essas entidades;
- (d) promover a utilização das novas tecnologias, encorajar parcerias para incrementar o compartilhamento de informações e aumentar a compreensão

cultural; (e) encorajar a celebração de acordos de coprodução e de co-distribuição. (UNESCO, 2005, p. 10)

A partir daí, se estabelecerão, como estratégias chave da cooperação para o desenvolvimento, o fortalecimento das indústrias culturais, assim como das capacidades, através do intercâmbio de informação, experiências e conhecimentos, além da formação de recursos humanos, da transferência de tecnologias e de apoio financeiro.

### **O que esperar da Cooperação Cultural?**

Poderíamos afirmar que no percurso guiado pelas experiências de organismos multilaterais como a UNESCO, a cooperação cultural tem-se articulado à construção e à consolidação de conceitos chave para a gestão da dimensão cultural do desenvolvimento, tais como o de cultura, de políticas culturais, de desenvolvimento sustentável e de diversidade cultural (UNESCO, 1982b; 2002). Em contraste com outros processos, sua gestão fica permanentemente cruzada pela multidimensionalidade (nas esferas e setores) e às relações geopolíticas. Isso se dá possivelmente pelo reflexo da estratégia matriz, a cooperação internacional para o desenvolvimento, que tem marcado tanto a terminologia como as modalidades.

Assim, vem-se encaminhando um conjunto de modalidades que ultrapassam os tradicionais intercâmbios, tentando abranger a formação de recursos humanos, a produção e a co-produção de bens e serviços culturais, no marco da promoção das indústrias culturais, a transferência de tecnologias e apoio financeiro, para contribuir, em maior ou em menor medida, para as interações entre culturas (UNESCO, 1966; 1982b; 1998; 2005), sujeitas aos interesses e às diferenças.

Devem ser destacados, contudo, os desafios envolvendo políticas públicas que articulem as esferas local, nacional, regional e global através de atores diferenciados e diversos tais como Estados, organizações não-governamentais, redes, organismos mundiais e regionais, permitindo, assim, o melhor aproveitamento das oportunidades e correto enfrentamento das ameaças advindas dos fenômenos geopolíticos em curso. Na mesma medida, situa-se a importância da conjunção entre dimensões econômica, política, e cultural, já presente em alguns instrumentos internacionais produzidos no presente século, mas, no conjunto, ainda bastante aquém do necessário para uma cooperação cultural de novo tipo. (UNESCO, 1998; RUBIM, 2007).

Fica em aberto a expectativa de reconhecer a cooperação como esse **valor** que aprimora os princípios; como um **propósito** em si mesmo: quando as políticas, seus recursos e ações se deslocarem para alcançar a cooperação entre culturas; ou como a

**estratégia** sistêmica para gerar alternativas de articulação em rede, a partir das políticas culturais, para trocas variáveis e diferenciadas, entre indivíduos, comunidades e países. Não na busca de homogeneizar, mas estabelecendo, por meio de uma ausência ou contingência, possíveis interdependências, conexões e diálogos, para garantir, entre outros propósitos, o desenvolvimento, esse mais produtivo, como diz García Canclini, “porque valora a riqueza das diferenças, fornece a comunicação e o intercâmbio – interno e com o mundo – e contribui para corrigir as desigualdades” (2005b, p. 2-3).

Para pontuar, é válido, em todo esse percurso, elucidar posteriormente se, após tantos esforços para promover e consolidar discursos e práticas – junto a instituições, normativas e modalidades de ação – os objetivos em nome da cooperação cultural têm sido alcançados, considerando-se, particularmente, as expectativas diante de propósitos que envolvem transformações sociais em âmbitos diferenciados.

## REFERÊNCIAS

DURKHEIM, E. **La división social del trabajo social**. Madrid: Editorial Akal, 1995.

EVANGELISTA, E. **UNESCO e o mundo da cultura**. Brasília, DF: Edições UNESCO Brasil, 2001.

GARCÍA CANCLINI, N. Definiciones en transición. In: MATO, D. (Coord.). **Cultura, política y sociedad. Perspectivas latinoamericanas**. Buenos Aires: CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, 2005 (a). p. 69-81.

\_\_\_\_\_. Todos tienen cultura: ¿Quiénes pueden desarrollarla? Conferencia para el Seminario sobre Cultura y Desarrollo. Washington: Banco Interamericano de Desarrollo, 24/02/2005 (b). Disponível em: <<http://www.iadb.org/biz/ppt/0202405/canclini.pdf>>. Acesso em: 21 jul. 2011.

GONZÁLEZ, R; MONTSERRAT, F. **Cooperación cultural al desarrollo**. Herramientas para la reflexión. Barcelona: Fundación Casa Amèrica Catalunya, 2007.

MATO, D. Diferenças culturais, interculturalidade e inclusão na produção de conhecimentos e práticas socioeducativas. In: CANDAU, V.M. (Org.). **Educação intercultural na América Latina: entre concepções, tensões e propostas**. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2009. p. 74-93.

MATTELART, A. **Diversidade cultural e mundialização**. São Paulo: Parábola Editorial, 2005.

MOLES, A. **Sociodinâmica da cultura**. São Paulo: Editora Perspectiva, 1974.

MORIN, E. Da cultura análise à política cultural. **MARGEM**, São Paulo, n.16, p. 183-221, dez 2002. Tradução de Edgard de Assis Carvalho do original: **Communications**.

14, Paris: 1969. École Pratique des Hautes Études / Centre d'Études des Communications de Masse/Seuil, Édition du Seuil.

RUBIM, A. Políticas Culturais: entre o possível e o impossível. In: NUSSBAUMER, G. (Org). **Teorias e políticas da cultura**. Visões multidisciplinares. Salvador: EDUFBA, 2007. p. 139-158.

STOCKINGER, G. **A sociedade da comunicação**. O contributo de Niklas Luhmann. Rio de Janeiro: Papel Virtual Editora, 2003.

UNESCO. **Declaração dos Princípios da Cooperação Cultural Internacional**. Paris, UNESCO, 4 de outubro de 1966. Disponível em: <http://www.eticus.com/documentação.php?tema=4&doc=160>>. Acesso em: 22 mai. 2011.

\_\_\_\_\_. **Informe Final. Conferencia sobre los Aspectos Institucionales, administrativos y Financieros de las Políticas Culturales**. Venecia, 24 de agosto - 2 de septiembre de 1970. SHC/MD/13. Paris: UNESCO, 26 de octubre de 1970.

\_\_\_\_\_. **Conferencia Mundial sobre políticas culturales**. Problemas y Perspectivas. México, 26 de julio - 6 de agosto de 1982 (a). CLT-82/MONDIACULT/ 3. Paris: UNESCO, 14 de junio 1982.

\_\_\_\_\_. **Conferencia Mundial sobre las Políticas Culturales**. Informe Final. México, D.F. 26 de julio - 6 de agosto de 1982 (b). CTL/MD/1. Paris: UNESCO, noviembre 1982.

\_\_\_\_\_. **Conferencia Intergubernamental sobre Políticas Culturales para el Desarrollo**. Estocolmo, Suecia, 30 de marzo -2 de abril de 1998. CLT-98/CONF.210/5, Paris: UNESCO, 31 de agosto de 1998.

\_\_\_\_\_. **Declaração Universal sobre a Diversidade Cultural**. Paris: UNESCO, 2002. Disponível em: <http://www.unesdoc.unesco.org/images/0012/001271/127160por.pdf>>. Acesso em: 3 ago. 2010.

\_\_\_\_\_. **Convenção sobre a Proteção e Promoção da Diversidade das Expressões Culturais**. Paris: UNESCO, 20 de outubro de 2005. Disponível em: <http://www.unesdoc.unesco.org/images/0014/001497/149742por.pdf>>. Acesso em: 10 ago. 2010.

VICARIO LEAL, F. **Reflexiones en torno a la cooperación cultural**. Madrid: Cultiva Libros S.L., 2012.